

ORA newsletter

Nº 67 – AGOSTO/2012
(circulação limitada)

Assuntos

Resumo Fiscal/Legal – Julho de 2012	1
Alterações ao Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas	2
Revisores e Auditores	6

LEGISLAÇÃO FISCAL/LEGAL – JULHO DE 2012

Ministérios da Economia e do Emprego e da Solidariedade e da Segurança Social - Portaria n.º 207/2012, de 6 de Julho - Cria a Medida de Incentivo à Aceitação de Ofertas de Emprego através da atribuição de um incentivo financeiro àqueles que aceitem um emprego a tempo completo com uma remuneração inferior ao valor da prestação de desemprego que se encontram a receber.

Assembleia da República - Lei n.º 24/2012, de 9 de Julho - Aprova a Lei-Quadro das Fundações e altera o Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47344, de 25 de Novembro de 1966.

Ministério da Economia e do Emprego - Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de Julho - Procede à sétima alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

Banco de Portugal – Instrução nº 21/2012, de 16 de Julho - Divulgação de taxas máximas aplicáveis aos contratos de crédito aos consumidores no 3.º trimestre de 2012.

Tribunal Constitucional - Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 353/2012, de 20 de Julho - Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, das normas constantes dos artigos 21.º e 25.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2012). Ao abrigo do disposto no artigo 282.º, n.º 4, da Constituição da República Portuguesa, determina-se que os efeitos desta declaração de inconstitucionalidade não se apliquem à suspensão do pagamento dos subsídios de férias e de Natal, ou quaisquer prestações correspondentes aos 13.º e ou 14.º meses, relativos ao ano de 2012.

Assembleia da República – Lei n.º 28/2012, de 31 de Julho – Aprova o quadro plurianual de programação orçamental para o período de 2013 a 2016.

ALTERAÇÕES AO CÓDIGO DA INSOLVÊNCIA E DA RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS

No dia 20 de Maio, entrou em vigor a Lei n.º 16/2012, de 20 de Abril, que procede à sexta alteração do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 53/04, de 18 de Março. Esta alteração surge na sequência de compromissos assumidos nos memorandos celebrados entre Portugal e a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional e visa simplificar as formalidades dos procedimentos de insolvência e instituir o processo especial de revitalização de empresas, tendo em vista a sua recuperação e manutenção.

A insolvência é um risco inerente à actividade empresarial, pelo que as empresas devem, sempre que seja possível, ser recuperadas e não liquidadas. É este o objectivo principal das alterações introduzidas no CIRE face à particular importância que esta matéria assume no actual contexto económico e social, tornando-se desta forma uma alteração legislativa de grande importância, não esquecendo contudo o papel fundamental que os diversos intervenientes têm nestes processos.

A principal novidade apresentada, para além dos diversos ajustamentos efectuados ao nível das formalidades e procedimentos da insolvência, encontra-se relacionada com a introdução de um processo especial de revitalização, o qual consiste num instrumento alternativo à insolvência, destinado a empresas que se encontrem em situação económica difícil ou em situação de insolvência meramente iminente, mas que ainda sejam susceptíveis de recuperação, permitindo ao devedor estabelecer negociações directas com os respectivos credores de modo a concluir um acordo conducente à sua revitalização.

Com a aprovação e publicação desta nova alteração ao CIRE é esperado que os processos se tornem efectivamente mais céleres e eficazes e permitam aumentar os casos de revitalização de empresas em detrimento da liquidação.

Assim, face à relevância da informação, passamos a enunciar as principais alterações introduzidas no CIRE.

Processo especial de Revitalização

Este processo, previsto nos artigos 17º-A a 17º-I, apresenta-se como um sistema alternativo ao processo de insolvência nos casos em que as empresas apesar de apresentarem dificuldades económicas ou em situação de insolvência iminente, são ainda susceptíveis de recuperação.

O processo inicia-se pela manifestação de vontade do devedor e de, pelo menos, um dos seus credores, por meio de declaração escrita, de encetarem negociações conducentes à revitalização daquele por meio da aprovação de um plano de recuperação. Com a apresentação desta intenção perante o Tribunal, será proferido Despacho nomeando um administrador judicial provisório, incumbindo ao devedor, posteriormente, comunicar por escrito a todos os seus credores que não tenham assinado a referida declaração, convidando-os a participar, caso assim o entendam, nas negociações em curso.

ORA newsletter

Nº 67 – AGOSTO/2012
(circulação limitada)

Após publicação daquele Despacho, no portal *Citius*, os credores dispõem de 20 dias para reclamar créditos, findo o qual será elaborada uma lista provisória de créditos pelos Administrador Judicial Provisório.

Terminado o prazo para impugnações (5 dias úteis), os declarantes dispõem de dois meses para concluir as negociações encetadas, prazo que poderá ser prorrogado pelo máximo de um mês. O Administrador Judicial Provisório participa nas negociações, orientando e fiscalizando o decurso dos trabalhos e a sua regularidade, assegurando que as partes não adoptam expedientes dilatórios, inúteis ou, em geral, prejudiciais à boa execução daqueles.

Durante o tempo que perdurarem as negociações, o processo de revitalização obsta a instauração de quaisquer acções para cobrança de dívidas e suspende quanto ao devedor as acções em curso com idêntica finalidade, extinguindo-se aquelas logo que seja aprovado e homologado o plano de recuperação, salvo quando este preveja a sua continuação.

Por outro lado, sendo nomeado um Administrador Judicial Provisório, fica o devedor impedido de praticar actos de especial relevo, sem que para tal tenha obtido prévia autorização daquele.

Concluindo-se as negociações com a aprovação do plano de recuperação tendente à revitalização do devedor, cabe ao juiz homologá-lo, sendo esta decisão vinculativa para todos os credores, mesmo que não tenham participado nas negociações. Caso contrário, o processo negocial é encerrado, extinguindo-se todos os efeitos do processo especial de revitalização, situação que, caso o devedor já se encontre insolvente, acarreta a declaração de insolvência do devedor por parte do juiz no prazo de três dias a contar da comunicação da impossibilidade de os credores chegarem a acordo.

De salientar que este processo também pode ser iniciado pela apresentação pelo devedor de um acordo extrajudicial de recuperação, assinado pelo mesmo e por uma significativa maioria de credores. Este procedimento de aprovação de planos de reestruturação negociados entre credores e devedor fora dos tribunais visa que em caso de acordo para a recuperação do devedor, este possa solicitar a homologação do acordo por um Juiz, através de um procedimento necessariamente célere, e por essa via garantir a vinculação de todos os credores ao acordo, incluindo daqueles que não o celebraram, tornando, desta forma, o mecanismo de procedimento extrajudicial de conciliação mais atractivo.

Por último, importa referir que os credores que tenham contribuído para o financiamento do devedor usufruirão de uma protecção adicional através de um privilégio creditório mobiliário geral.

Simplificação de procedimentos e redução de prazos processuais

- Atribui-se carácter facultativo à tentativa de conciliação existente em matéria de verificação e graduação de créditos, fazendo depender a sua realização do prudente juízo que o Juiz fizer acerca da sua pertinência em cada caso concreto.

ORA newsletter

Nº 67 – AGOSTO/2012
(circulação limitada)

- Alterações no regime de publicidade e citação edital, prevendo-se vários casos de citação e publicação de actos por via electrónica, incluindo a publicação da declaração de insolvência, que deixará de ser feita em Diário da República, passando a constar no portal *Citius*.
- Redução do prazo para apresentação à insolvência, passando de 60 para 30 dias, prevendo desta forma limitar tanto quanto possível a existência no mercado de agentes económicos em situação de insolvência, bem como antecipar a possibilidade de um determinado devedor, ainda economicamente viável, se sujeitar a um plano de recuperação da respectiva actividade.
- Preconiza-se uma drástica redução do prazo para que possa haver a reclamação ulterior de créditos, passando de um ano para seis meses. Reduz-se, igualmente, de três meses para 30 dias o prazo para que, por inacção negligente do autor, a acção possa extinguir-se.
- Admite-se agora que, quer as reclamações, quer o aviso de recepção pelo administrador, sejam feitas por correio electrónico. Desta forma, a comunicação referida no n.º 4 do artigo 129º do CIRE, pode passar a ser efectuada com recurso a correio electrónico nos casos em que a reclamação de crédito tenha sido efectuada por este meio.
- O prazo de impugnação da resolução de negócios a favor da massa insolvente passa de seis para três meses.
- O aludido regime de suspensão da assembleia de credores torna-se mais flexível, sendo possível ao Juiz suspender a assembleia tantas vezes quantas se mostrar necessário para a obtenção de um acordo e que a suspensão possa perdurar por um prazo mais alargado (agora 15 dias), para permitir ao devedor insolvente e aos respectivos credores negociarem verdadeiramente o que entenderem por conveniente.

Alterações no regime aplicável ao incidente de qualificação da insolvência e responsabilidade dos legais representantes

- O incidente de qualificação de insolvência passa a ser tramitado por iniciativa do Juiz, só nos casos em que haja indícios de que a instituição de insolvência foi criada como culpa do devedor ou de algum dos seus responsáveis.
- Nos casos em que tanto o Administrador da Insolvência como o Ministério Público se pronunciem no sentido da qualificação da insolvência fortuita, o Juiz deixa de estar vinculado a proferir decisão nesse sentido.
- A sentença de qualificação da insolvência como culposo passa a poder condenar as pessoas afectadas pela qualificação a indemnizarem os credores do devedor no montante dos créditos não satisfeitos, até ao limite dos respectivos patrimónios, sendo solidária tal responsabilidade entre todos os afectados.

ORA newsletter

Nº 67 – AGOSTO/2012
(circulação limitada)

Outras alterações relevantes

- Com as alterações introduzidas, se for deliberado o encerramento, deixa de ser obrigatória a apresentação de declarações fiscais, caso não exista essa deliberação a responsabilidade passa a ser do Administrador da Insolvência. De salientar que, mesmo que seja deliberado o encerramento, as responsabilidades fiscais constituídas entre a sentença e a data da assembleia em que é decretado o encerramento é do Administrador da Insolvência.
- Reforço dos poderes do Juiz da causa em matéria de satisfação do direito a alimentos a menores que dependam do insolvente, permitindo-lhe fixar alimentos a menores, assegurando, deste modo, a protecção dos direitos das crianças e a tutela efectiva desses direitos.
- Atribuem-se ao Administrador da Insolvência poderes bastantes para que possa, por si, tomar a decisão de vender bens antecipadamente, desde que estes se encontrem sujeitos a deterioração ou depreciação. Em todo o caso, definem-se um conjunto de procedimentos que permitem, tanto aos credores, como aos demais interessados e, bem assim, ao Juiz, reagir contra eventuais erros de julgamento do Administrador da Insolvência, o que em última análise, o Juiz poderá impedir a realização da venda, comunicando-o ao Administrador da Insolvência e aos demais interessados no período que a precede.
- Os órgãos sociais das empresas insolventes só poderão renunciar aos respectivos cargos após o depósito das contas anuais com referência à data de decisão de liquidação em processo de insolvência.
- Redução para dois anos do prazo anterior ao início do processo de insolvência no âmbito do qual podem ser resolvidos actos considerados prejudiciais à massa insolvente.
- Passa a ser permitido que o próprio Juiz verifique a situação de insolvência da massa.

- Ivo Morais -

Bibliografia:

- *Lei n.º 16/2012, de 20 de Abril;*
- *Decreto-Lei n.º 53/04, de 18 de Março;*
- *Memorando de enquadramento das propostas de alteração ao CIRE, de 31 de Agosto de 2011;*
- *Parecer do Gabinete de Estudos e Observatório dos Tribunais, de 27 de Janeiro de 2012.*

ORA newsletter

Nº 67 – AGOSTO/2012
(circulação limitada)

REVISORES E AUDITORES

Na sequência do exposto na nossa Newsletter nº 65 sobre a posição da FEE (Federation of European Accountants / Fédération des Experts Comptables Européens), em relação à Proposta de Directiva da Contabilidade, no que respeita aos assuntos relacionados com a auditoria, salientamos que o Conselho Geral da Comissão de Normalização Contabilística (CG/CNC), em reunião recente, analisou e debateu igualmente o projecto de alteração das Directivas da Contabilidade na Europa, proposto pela Comissão Europeia e que visa substituir, revogando-as, as 4.^a e 7.^a Directivas.

De acordo com o documento, agora divulgado, é referido que algumas das soluções preconizadas no projecto de Directiva - **aumento dos limites para classificação das pequenas entidades e redução na qualidade da informação financeira** – suscitam grande preocupação ao CG/CNC, atentos os impactos negativos para as empresas portuguesas, e para a economia em geral, que se antevêm da sua correspondente transposição para o direito interno.

É nesses termos que a CNC vem manifestar os motivos de tal preocupação e apelar a que o Governo e os representantes nacionais nas instâncias comunitárias continuem a desenvolver todos os esforços no sentido de que as disposições da proposta de Directiva, com o texto actualmente existente relativo às matérias que se indicam no documento abaixo (ver *link*), não venham a ser aprovadas.

O documento pode ser consultado em:

<http://www.cnc.min->

[inancas.pt/0_new_site/docs_originais/Memo_Diretivas_CG_CNC_11Abril.pdf](http://www.cnc.min-inancas.pt/0_new_site/docs_originais/Memo_Diretivas_CG_CNC_11Abril.pdf)

Nota: Esta publicação da ORA é genérica e o objectivo é meramente informativo. Não tem a intenção de substituir a necessidade de consulta dos diplomas mencionados ou o recurso a opinião profissional para os temas tratados em função dos casos concretos de cada entidade.